



REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Formosa 242-2.º—PORTO

SUCURSAL EM LISBOA
Rua do Arco da Graça, 4-2.º

REDACTOR PRINCIPAL—Antonio Alves Pereira

Propriedade do Grupo «Aurora Social»

EDITOR—Raciel Barbosa

Condições d'Assinatura (Pagamento adiantado)
(Um mez \$05 (50 reis); Semestre \$30 (300 reis); Um ano \$60. (600 reis)
Para fora do país acresce o importe do selo.

Numero avulso \$01 (10 reis)
Comp. e Imp. na Tipografia Pentinsular
Rua dos Mercadores, 171—PORTO—Telefone 73

Pacifismo popular

Os socialistas dos vários países começam a levantar nos países beligerantes vozes de paz, apelos desesperados á concórdia entre os povos. Ao social-democrata alemão Carlos Liebknecht fez eco um manifesto ardente do anarquista francês Sebastião Faure, aliás antecedido pelo sindicalista Pedro Monatte, na notável carta em que justificou a sua retirada da Comissão Confederal da Confederação Geral do Trabalho.

Afrontando corajosamente a repressão governamental e a terrível atmosfera de suspeições, sofismas e rancores nacionais, fomentados e explorados pelos dirigentes, os revolucionários sociais que assim procedem querem separar bem as suas responsabilidades das de todos os governos. Os que não são responsáveis pelo estalar da conflagração, não o querem ser pelo prolongamento dos seus horrores e pelo alargamento do abismo que ela vai cavando entre os povos. Ou poderá dizer-se de nós, pergunta Sebastião Faure, que, adversários da guerra em tempo de paz, nos covertemos em adversários da paz em tempo de guerra? Sim, deixemos aos governos essa responsabilidade e habilitemos-nos a exigir-lhes contas dela.

Numa passagem de seu manifesto, Sebastião Faure apela candidamente para a iniciativa pacificadora da Itália ou dos Estados Unidos, naturalmente no intuito de sugerir uma proposta prática aos moderados cujos esforços ele tenta agrupar em torno da sua tentativa. Mas os «neutros» armam-se activamente para tutelar os seus interesses estatistas, financeiros e militaristas; e os Estados hão-de procurar celebrar uma «paz» acomodada ás conveniências próprias e ás das classes possuidoras e dominantes. Fugamos igualmente ás responsabilidades dessa espécie de «paz».

E, porém, sobretudo com as energias do povo e dos homens da vanguarda que Faure e os outros contam na sua esperança duma paz «sem conquistas, nem humilhações», como diz Liebknecht. «Só a afirmação contínua e simultânea desta vontade em todos os países beligerantes poderá deter o sangrento morticínio antes da exaustação completa de todos os povos interessados». Só o povo saberá impor essa paz, e só essa paz, assim conquistada, baseada na solidariedade internacional da classe operária e na liberdade de todos os povos, poderá extinguir os ódios de nacionalidades e ser o primeiro triunfo popular, o primeiro passo eficaz para a extinção das carnificinas internacionais.

—Mas é preciso destruir antes o militarismo prussiano, exclamam os revolucionários sociais que dignificam com tam nobre intuito a colaboração, forçada ou voluntária, com os exércitos dos Aliados.

—E' necessário aniquilar o tsarismo, respondem os social-democratas que enfileiraram ao lado do Kaiser.

O militarismo prussiano e o tsarismo russo são dois factos e dois perigos terríveis e verdadeiros; mas é falso e traiçoeiro o pretexto que eles proporcionam aos governos e aos políticos para justificar a guerra perante a opinião e obter a adesão dos liberais.

decaído não sucederão outros, contra os quais serão indispensáveis novas coligações e novos armamentos, desde já sancionados pela atitude de muitos revolucionários? Ou ainda, se ás classes dominantes se mostrar perigoso o eclipse total duma das estrelas da reacção, não poderão elas forjar uma paz que as garanta contra os riscos duma revolução?

Quem provoca e promove as guerras? Quem comanda os exércitos? Que espirito predomina nos combatentes dum Estado contra o estrangeiro? Quem discute e assina a paz? Quem combina, nos secretos conluios das diplomacias, a sorte dos povos espoliados e chacinados?

E hão-de revolucionários ter servido de juguete nas mãos velhacas dos árbitros das nações? Hão-de, para um resultado incerto, ter abandonado a sua missão específica? Sob pretexto de trabalhar indirectamente para a revolução, hão-de trabalhar directamente para as instituições nefastas de opressão e de morticínios?

Não! Trabalhemos directamente pela nossa causa, e deixemos que por ela trabalhem indirectamente os nossos inimigos e os factos—única maneira, aliás, de tirarmos proveito desse trabalho indirecto e desses factos.

Inimigos das guerras e ódios entre povos, devemos—hoje mais do que nunca—incitar os povos a confraternizarem, a imporem a paz e a declararem a guerra aos senhores. Inimigos dos Estados, do Capitalismo e da Igreja, devemos altamente denunciá-los como factores únicos das carnificinas internacionais, e scindir enérgicamente da deles a nossa responsabilidade.

Se algum alvo dos nossos ataques devemos especializar, é precisamente o que nos está mais próximo: a pontaria é mais certa. O nosso «patriotismo» revolucionário deve consistir em combater especialmente os que exploram e oprimem a «nossa pátria», o politicante, o patrão e o padre que vivem e mandam em nossa casa. Deve consistir em evidenciar como eles nos arrastaram á catástrofe e acumularam a pólvora que havia de explodir e em impedir que eles encubram as suas próprias culpas com as do «estrangeiro».

Somos nós os mais capazes dessa tarefa e só executada por nós é que ela é verdadeiramente eficaz. Os outros farão o mesmo aos seus amos—e só eles o poderão fazer a valer. O tsarismo só pode ser abatido pelos russos; só os alemães poderão fazer ruir a sua casta militar. O pior serviço prestado a uma revolução é a sua imposição, vinda do exterior: ensina-o a própria história da Revolução Francesa.

Ainda que se pretenda apenas ajudar indirectamente a revolução, humilhando com a derrota o militarismo ou o despotismo que a estorva, o apelo á guerra não pode senão ser mal interpretado do outro lado, empanando de jacobinismo e de furor nacionalista o sol da Revolução e o sacudimento da revolta. Só o clamor de paz congarará os povos.

Propaganda libertaria

Hoje ás 20 horas reune este grupo no local do costume. Assunto importante. Espera-se, portanto, que ninguém falte.

A chave do enigma

Alguem me chama a atenção para uma noticia inserta nos jornais sobre a atitude de Maria Rigier, na Itália, com referencia á conflagração europeia. E' claro que eu fui vêr do que se tratava. Aquella revolucionária, segundo o aludido informe, num comício público, incitou o povo italiano a intervir contra os austriacos.

Estranha reviravolta encheu de pasmo a pessoa que me advertiu, cuja advertencia foi feita com certa ironia picante, que envolvia uma censurasinha áspera. Trata-se de uma anarquista bem conhecida em Itália, e como os anarquistas são anti-militaristas e contra a guerra, uma proclamação, em público, daquela forma, equivale á mais flagrante das incongruências.

Mas, afinal de contas, eu não tenho nada com o procedimento dos meus camaradas, nem isso serve de desdouro para as doutrinas do advogo. Se Maria Rigier deu, efectivamente aquele passo, não sei. Tenho medo da imprensa diária. Ela mente muito. Talvez desvirtuasse as suas intenções, a sua attitude, as suas palavras. Será o primeiro facto que aconteceu? Não, certamente. Mas admitamos que o facto noticiado é a mais pura verdade. Que tenho eu com isso? Se ela é a favor de uma guerra contra a Austria, não o sou eu. Continuo adentro dos meus princípios: não sou partidário de nenhuma guerra, a não ser a guerra que tenha por fim pôr termo á guerra fomentada pelos interesses-estatais e mercantilistas.

Eu admitia que Maria Rigier aconselhasse o povo italiano a, no caso de ter de pegar em armas contra o invasor, escorraçar o usurpador nacional, o agiota, o comerciante, toda a classe parasita que, aproveitando-se de todas as oportunidades, lhe suga a ultima gota de sangue, não sacrificando um só centil em beneficio daqueles que, durante toda a sua vida, tem contribuido manancialmente para o enchimento dos seus cofres; isto apesar da gravidade do momento. Evidente que não concordo, não compreendo tão enigmatica opinião. A Itália não foi invadida. Alguns revolucionários franceses poderão encontrar apêlo no facto de serem atacados, conquanto não seja motivo suficiente. Maria Rigier não tem essa pretendida justificação. Aquella mulher que encheu de assombro toda a Itália por, franca e destemidamente, defender o gesto enérgico daquele militar que assassinou a tiros o coronel do seu regimento, como um protesto contra a empresa violenta de Cirenaica, ao incitar os italianos contra os austriacos, renegou toda a sua obra passada, gravada imperceptivelmente na história do movimento revolucionário.

Não, a ser verdade, não devia proceder assim. Os austriacos invadiam o território italiano? Bem; nesse caso, se não podia continuar a propaganda das suas ideias, por considerar o momento inoportuno ou por qualquer outro motivo, o que tinha a fazer, no meu simples entender, era abster-se, declarar-se neutra. Era mais coerente do que ir para as fleiras voluntariamente ou espalhar o amor pela guerra. Porque, deixemo-nos de lérias, a guerra actual nem é contra o militarismo germânico nem contra os inimigos da liberdade. Oh! não. Aqui não se trata nem de liberdade, nem de anti-militarismo: trata-se de ani-

quilar a Alemanha, sobretudo, por que é uma terrível concorrente no mercado mundial. A Germânia tem intuits conquistadores? Sem dúvida. Também os outros países os tem. Derrotam-se os imperialismos alemão, austriaco e turco para, sobre os seus escombros, se firmarem os imperialismos ingles, russo, frances... perdão, aqui é uma república. Por quem sois, não me taxem de alemão. Só digo que Maria Rigier andou mal: não compreendo a sua mudança, a sua maneira de vêr; por mais voltas que dê ao miolo, por mais perguntas que faça aos camaradas que mais convivem comigo, não encontro a chave do enigma, que eu queria encontrar, a todo o transe. Maria Rigier até á data do celebre comício não era uma politica profissional, uma sufragista, uma patriota, ou vá lá, uma socialista de estado. Se fôsse uma qualquer dessas coisas, a chave do enigma estava bem á vista; assim não. O companheiro que me advertiu disse-me: «Ah! vocês, para não escaparem ao meio, sempre tem, chegada a ocasião, uma costelasia patriótica, tal qual o ateu, quando moribundo, muitas vezes sente desejo de se confessar». Em vista destas frases, quase que fiquei na dúvida se, realmente, tenho ou não tambem uma costela patriótica. Oh! mas não. Não tenho, e por isso mesmo não aprovo o procedimento de Maria Rigier, nem tenho nada com elle. Enquanto puder seguir na minha propaganda contra a guerra, siga. Quando, por motivo de força maior, mesmo o de invasão, não puder ser, não venho para a rua convidar os portugueses a dar um assalto aos espanhois. Não senhor: conservo-me neutro, ficando livre toda a minha acção individual sobre o assunto.

Clemente Vieira dos Santos

Recortes e retoques

Está enganado...

Dizia ha dias na Luta o chistoso jornalista e chefe da União Republicana sr. Camacho:

«Em certos jogos baratos acontece que todos os jogadores perdem ao fim dalgum tempo, ganhando apenas o banqueiro ou a Casa. Mas não succede assim com o jogo da guerra—perdem uns, ganham outros.»

Pois está enganado. Na guerra os povos que jogam perdem sempre, ao passo que os diferentes banqueiros ganham, ainda mesmo nos países derrotados.

Quantas fortunas se fiseram em França á custa da derrota de 70? Multissimas...

Os reaccionários e a guerra

Acusaram por aí o sr. Aruela, candidato monarchico liberal (?) nas próximas eleições, de simpatizar com a guerra da Alemanha.

Que não senhores, que não simpatiza tal, apressou-se elle a declarar na imprensa diária.

Ao menos este é inteligente, pois compreende que a derrota da Alemanha não será nunca o triunfo da liberdade e o esmagamento da reacção.

Assim o comprehendessem outros que tinham obrigação de ter os olhos mais abertos...

Um homem práctico

O Kaiser—á cautela, á vêr

em que param as modas—foi colocando em fundos americanos as suas economias—á uns doze mil contos da nossa moeda.

Pobre homem! Se perde a guerra e a corda vê-se em palpos de aranha para governar a vidinha.

E em que desgraçada situação ficaria a familia se a morte ceifasse aquella augusta e preciosa existencia...

Alegra-te, povo!

Em 1900 o nosso exército consumiu 6.000 contos. Em 1909 gastou-nos 8.000, e 10.000 no ano de 1911. Só em expediente de secretaria, livros, papel e tinta, levamos o melhor de 200 contos anuais!

Mas isto não é motivo para tristezas pois «qualquer governo, dentro da lei, poderá dispendir desde 400 contos em um rebocador, até á soma total de 53.000 contos, em unidades maritimas de todas as classes, sem que possa ser honestamente atacado.»

Vá senhores. Assim é que é. Não se deve olhar a despesas quando se trata de defender os sagrados interesses... das casas construtoras.

Desfalque

«E' como se dissessemos—ladroei-ra. O pagador geral do Exército em França, roubou uns poucos de milhares de francos; o pagador geral do exército alemão vá de fazer á mesma coisa. Que sorte terão os dois? A que deviam ter, sabemos nós; mas em toda a parte a justiça é severa para quem rouba um vintem, e benevolente para quem rouba um milhão. De modo que pode muito bem succeder que sejam promovidos por distincção—vão serem dois muito distintos tratantes.»

Não são nossas estas palavras. São do sr. Camacho ex e futuro ministro da nossa republica. Arquivemo-las, cá por causa duma coisa...

O numero e as eleições

Dizia a Noticia, referindo-se á força eleitoral dos afonistas:

«Não adquiriram essa vantagem numerica o partido evolucionista, que foi encarregado um dia de formar governo, mas não constituiu ministério, e a União Republicana que nem mesmo foi chamada ao poder. Com mais razões, sob êsse ponto de vista, é desvantajosa a situação das correntes socialistas ou monarchicas. E se esta vantagem, de que gozam os democráticos, é realmente só numerica, e sob outros aspectos é antes desvantagem, para o acto eleitoral é enorme porque na urna se aprecia a quantidade do votos e não a qualidade deles.»

Esta confissão condiz com a outra do mesmo jornal camachista, recordada para o nosso n.º de 7 do corrente.

E' o que temos dito sobre o valor—e o artificio—do numero eleitoral.

O povo soberano

Outra declaração preciosa da Noticia:

«Sem dúvida que o povo é soberano; mas como entidade colectiva, nem por toda a parte sabe exercer a sua soberania. E' soberano, mas tem medo do regedor, do juiz de paz, do fiscal dos impostos, do official do registo civil, de todo o funcionalismo que o pode incomodar, vexar e perseguir. E então lança na urna êsse pedaço de papel, que lhe irá dar as boas graças de todos eles, mas que vai ter uma influencia decisiva na vida politica da nação.»

O povo soberano tem esse medo dos seus... servos sobretudo por ver que é sempre o mesmo o resultado das eleições, seja qual for o vencedor.

Quanto á influencia decisiva na vida politica—talvez, se essa vida é a dos partidos de governo,